

CIDADES MÉDIAS E REDEFINIÇÃO DE RELAÇÕES NA REDE URBANA: PROCESSOS E FORMAS INSTITUÍDAS NA FORMAÇÃO DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS NA BAHIA E EM PERNAMBUCO

Rizia Mendes Mares¹

Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

E-mail: rizia.mmares@upe.br

Cleiton Ferreira da Silva²

Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns

E-mail: cleiton.ferreira@upe.br

Resumo

A formação da aglomeração urbana nos estados da Bahia e Pernambuco, é um fenômeno complexo e multifacetado, resultante de uma série de processos históricos, sociais, econômicos e políticos. A estrutura urbano-regional e os processos territoriais que lhe são atinentes é o foco dessa reflexão tendo como recorte analítico a rede urbana no Nordeste, mais especificamente, as Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e, a Região de Influência das Cidades (2018) de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, Caruaru e Petrolina, em Pernambuco. Assim, objetiva-se analisar os processos e formas instituídas nesse recorte analítico, considerando tanto os elementos que as identificam, quanto aqueles que caracterizam a especificidade, potencialidade, funcionalidade e a polarização. Como metodologia adotou-se uma abordagem quali-quantitativa, fundamentada na análise documental e na revisão bibliográfica e no levantamento de dados estatísticos sobre as aglomerações urbanas, como fontes primárias e secundárias, ou seja, relatórios governamentais e análise dos dados com base em técnicas de categorização, interpretação e síntese, buscando identificar padrões, tendências e características dos aglomerados urbanos objeto deste estudo.

Palavras-chave: Urbanização; Hierarquias urbanas; Interações socioterritoriais; Tipos urbanos; Nordeste.

MEDIUM-SIZED CITIES AND THE REDEFINITION OF RELATIONS IN THE URBAN NETWORK: PROCESSES AND FORMS INSTITUTED IN THE FORMATION OF URBAN AGGLOMERATIONS IN BAHIA AND PERNAMBUCO

Abstract

The formation of urban agglomerations in the states of Bahia and Pernambuco is a complex and multifaceted phenomenon, resulting from a combination of historical, social, economic, and political processes. The urban-regional structure and its associated territorial processes constitute the focus of this reflection, which adopts as its analytical framework the urban network of Northeast Brazil more specifically, the Immediate Geographic Regions and Intermediate Geographic Regions (2017), as well as the Regions of Influence of Cities (2018) of Barreiras, Vitória da Conquista, and Ilhéus-Itabuna in Bahia, and Caruaru and Petrolina in Pernambuco. The objective is to analyze the instituted processes and forms within this analytical scope, considering both the elements that identify these urban contexts and those that characterize their specificity, potential, functionality, and polarization.

¹ Professora Adjunta na Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. Doutora em Geografia. Pós-doutorado em Estudos Territoriais.

² Professor Adjunto na Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns. Doutor em Geografia. Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente) em 2021.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

The methodological approach combines qualitative and quantitative procedures grounded in documentary analysis, literature review, and the collection of statistical data on urban agglomerations. Primary and secondary sources—such as governmental reports—were examined using categorization, interpretation, and synthesis techniques, aiming to identify patterns, trends, and distinctive features of the urban agglomerations under study.

Key words: Urbanization; Urban hierarchies; Socio-territorial interactions; Urban types; Northeast Brazil.

LAS CIUDADES MEDIANAS Y LA REDEFINICIÓN DE LAS RELACIONES EN LA RED URBANA: PROCESOS Y FORMAS INSTITUIDAS EN LA FORMACIÓN DE LAS AGLOMERACIONES URBANAS EN BAHÍA Y PERNAMBUCO

Resumen

La formación de aglomeraciones urbanas en los estados de Bahía y Pernambuco constituye un fenómeno complejo y multifacético, resultado de una combinación de procesos históricos, sociales, económicos y políticos. La estructura urbano-regional y los procesos territoriales que la conforman constituyen el eje de esta reflexión, cuyo recorte analítico se centra en la red urbana del Nordeste de Brasil; más específicamente, en las Regiones Geográficas Inmediatas y Regiones Geográficas Intermedias (2017), así como en las Regiones de Influencia de las Ciudades (2018) de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus–Itabuna en Bahía, y de Caruaru y Petrolina en Pernambuco. El objetivo es analizar los procesos y formas instituídas en este recorte, considerando tanto los elementos que las identifican como aquellos que caracterizan su especificidad, potencialidad, funcionalidad y polarización. Metodológicamente, se adoptó un enfoque cualitativo-cuantitativo, basado en el análisis documental, la revisión bibliográfica y el levantamiento de datos estadísticos sobre las aglomeraciones urbanas. Se utilizaron fuentes primarias y secundarias —como informes gubernamentales— y el análisis se realizó mediante técnicas de categorización, interpretación y síntesis, con el fin de identificar patrones, tendencias y características propias de las aglomeraciones urbanas estudiadas.

Palabras-clave: Urbanización; Jerarquías urbanas; Interacciones socioterritoriales; Tipos urbanos; Nordeste de Brasil.

Introdução

A partir da revolução técnico-científico-informacional, a relação entre as cidades agregou novos elementos e conteúdo. O modo como as relações na rede de cidades tem se desenhado reflete e condiciona o desenvolvimento mais especializado da produção e reprodução capitalista, ou seja, uma interconexão de elementos materiais e imateriais, fragmentados e globalizados. Sob os auspícios do capitalismo elas se relacionam entre si, no nível local e também no global (Corrêa, 1997). Assim sendo, há um campo de análise aberto a pesquisadores que se debruçam sobre o tema, haja vista, as novas formas espaciais erigidas no território brasileiro, que demandam uma compreensão mais profunda das dinâmicas e lógicas que engendram o funcionamento dessas cidades.

O debate sobre a rede urbana brasileira iniciou-se no século XX, o que, para Anjos (2007), pode ser considerado um fato recente, dado o constructo histórico do seu território.

Trazemos para o debate a análise da rede urbana no Nordeste, mais especificamente Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e as Regiões de Influência das Cidades (2018) Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, Caruaru e Petrolina em Pernambuco, por entendermos tratar-se de uma escala importante para as pesquisas sobre o sistema urbano brasileiro, considerando as especificidades de sua formação socioespacial (Santos, 1977) e das redes de localidades centrais dos países subdesenvolvidos (Corrêa, 1997), tendo como mote um passado colonial, de metamorfoses e de permanências de contradições socioespaciais no plano urbano-regional dos estados supracitados.

As cidades, de modo geral, formam um complexo sistema articulado por elementos de ordem econômica, política, social, cultural e institucional conformando uma densa rede urbana em que se correlacionam cidades em diferentes escalas e com distintos papéis e portes: metrópoles, cidades médias, cidades pequenas e suas áreas de influência, expressando uma estrutura hierárquico-funcional com uma organização com especificidades. A complexidade que perpassa estas cidades advém de um intenso processo de urbanização que traz em seu bojo, faces distintas da dinâmica de formação socioespacial. Tal processo histórico imprimiu alterações significativas na paisagem urbana, influências no padrão de organização espacial e, em maior ou menor grau, de problemáticas urbanas.

Nesse sentido, certos aspectos chamam nossa atenção, como alguns fenômenos e processos que eram descritos ou observados em grandes centros ou metrópoles por exemplo, verificados também, contemporaneamente, em cidades de menor porte (resguardando as proporções e intensidades) que se ligam ao padrão demográfico, a expansão territorial urbana, a complexificação da estrutura econômica, a diferenciação espacial e o aprofundamento das desigualdades sociais e relações em rede.

A estruturação das redes urbanas e a formação de aglomerações urbanas são processos dinâmicos e multifacetados (Santos, 2013; Corrêa, 1997; 2007; Muniz Filho, 2021). No contexto do Nordeste, esses processos adquirem especificidades que refletem tanto padrões gerais de urbanização no Brasil quanto peculiaridades regionais que marcam a diferenciação de suas cidades e redes urbanas (Oliveira, 1987; Andrade, 2007; Araújo, 1995).

Neste texto tem-se como objetivo analisar as formas e processos instituídos nas interações socioterritoriais e hierarquias urbanas envolvidas nesse fenômeno, como funções de intermediação na dinâmica da rede urbana, constituindo-se como influências regionais,

com importante posição geográfica e abrangência de ação e níveis de especialização em termos de comércio, serviços e atividades produtivas.

O recorte empírico adotado, portanto, para esta investigação, busca compreender a dinâmica de suas redes urbanas, os elementos que estruturam sua organização e as contradições inerentes ao processo de urbanização. Nessas, identificamos, complementarmente, espaços que se articulam de modo relativamente independente de outros centros de decisões, possuindo diversidade e, ao mesmo tempo, singularidades, que conformam tipos urbanos com dessemelhanças, similitudes e especificidades.

Material e métodos

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa (Creswell, 2018), fundamentada em análise documental, revisão bibliográfica, levantamento de dados estatísticos em banco de dados secundários, produção cartográfica e demais imagens ilustrativas. Do ponto de vista desta abordagem quali-quantitativa, Góes e Melazzo et al (2022), reafirmam a articulação de ambas propostas, pois, a dimensão qualitativa pode ser analisada desde um instrumento quantitativo, sem deixar de mencionar as leis gerais do método dialético, onde a quantidade se transforma em qualidade (Melazzo et al, 2022, p. 280).

A análise dos estudos oficiais, sobretudo do IBGE, dialoga com a necessidade de leitura da rede urbana, vislumbrado a partir da categorização urbano-regional. Entre estes documentos, um deles é a versão atualizada da pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC, 2018), outro documento do IBGE é a proposta de regionalização intitulada Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias do ano de 2017, que se apoia, dentre outros, na própria REGIC (2008). Objetivamente, tendo a rede urbana como principal referência.

Justificamos o apoio nessas referências para embasar nossa caracterização: as Regiões Intermediárias de Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus-Itabuna na Bahia, e, as regiões de Caruaru e Petrolina, em Pernambuco. Estas cidades médias selecionadas são polarizadoras de suas respectivas regiões. Em síntese, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, incluindo: I) dados estatísticos extraídos do IBGE; II) relatórios governamentais, planos diretores municipais e relatórios estaduais; III) artigos e literatura especializada sobre urbanização e redes urbanas; IV) Análise das aglomerações e das redes.

Desta forma, embora se possa avaliar a centralidade de cada uma das cidades desde a REGIC, por exemplo, é o papel de funções, ações e as práticas espaciais dos cidadãos que nos indicam que, de fato, tem-se uma articulação dada na rede urbana desde a (e na) aglomeração, com papéis complementares, funcionais e polarizantes que influenciam as demais cidades.

A rede urbana: o mote das Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias e Influência das Cidades do IBGE

A discussão teórica que embasa esta pesquisa está ancorada nos estudos sobre redes urbanas, urbanização e interações socioterritoriais. Com base em Milton Santos (2013), compreende-se a urbanização como um processo resultante das ações do capital e de agentes sociais diversos, cuja materialização no espaço se dá de forma desigual. Nesse sentido, os estudos de Berry (1964) sobre sistemas urbanos e de Benko (2002) sobre economia geográfica oferecem subsídios para a compreensão das hierarquias urbanas e dos processos de diferenciação territorial.

Nos estudos sobre as redes urbanas, tem-se como destaque aqueles concernentes à hierarquia de seus centros, tendo como referência teórica a teoria das localidades centrais, de Walter Christaller (1966) e, posteriormente, revisitada por Lösch (1954), que destaca a hierarquia das cidades e a interação entre elas com base em sua função econômica e alcance de serviços. Essas contribuições iniciais foram expandidas ao longo das décadas com os estudos de Berry (1964) e Pred (1977), que incorporaram elementos de mobilidade populacional, fluxos econômicos e tecnologia como fatores na estrutura urbana.

Nas abordagens contemporâneas, destaca-se o conceito de redes globais de cidades, formulado por Sassen (1991) e Castells (1999), que ressaltam a forma como a urbanização globalizada e a revolução digital reconfiguram a dinâmica das redes urbanas, e, Brenner (2013) que fala do papel da reestruturação capitalista nas cidades, como processo multiescalar e simultâneo. Para esses autores, as cidades interagem de maneira mais complexa, transcendendo a hierarquia tradicional e estabelecendo novas formas de conexão baseadas na circulação de informação e capital.

Os estudos de Corrêa (2007) e Monte-Mór (2005) no Brasil aprofundam a compreensão das redes urbanas a partir de dinâmicas internas específicas, como a urbanização extensiva e os impactos da globalização no espaço geográfico nacional. Assim, a rede urbana é compreendida como uma construção dinâmica, atravessada por fluxos de

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.
ISSN: 2176-5774

capital, trabalho, informação e poder, articulada por diferentes agentes sociais e econômicos, criando condições para o aumento na complexidade do processo de aprofundamento das contradições entre urbanização e aspectos sociais. Isso tanto redefiniu a rede de cidades, em especial, as metrópoles regionais Recife e Salvador e, a posteriori, influenciou (e alterou) as relações internas de todas as áreas urbanas, como as cidades médias, as cidades sub-regionais e pequenas, além de vilas e outros aglomerados.

Tomando-se estes elementos provocadores, para o presente texto, selecionamos as cidades destacadas supracitadas e algumas características que nos servem de apoio para introduzir o debate. Tomamos como dimensão empírica as discussões sobre cidades médias brasileiras, pois, concordamos com Silva e Sposito (2017, p. 24), que destacam o papel dessas cidades no processo de urbanização do Brasil por conterem condições favoráveis aos padrões do regime de acumulação e flexibilização em seus processos econômico-territoriais, sendo esse tipo de cidade um elemento fundamental nas “intermediações de processos de expansão e do consumo moderno”.

Arelada ao processo de urbanização, opera-se uma manipulação própria da operatividade simbólica (Hottois, 1992), que tem por base alusões quanto a certas qualificações como de progresso, lugar de possibilidades, desenvolvimento regional e nacional. Para Silveira (2002), soma-se a uma competitividade própria do mercado, explicitando o que a autora chama de guerras entre cidades para alocar capitais.

As redes possuem história e as estruturas e os fluxos que conformam também heranças de suas gênesis, ou seja, como se formou a rede, ao passo que essas heranças se ligam a formações socioespaciais, considerando os atributos de possuir as memórias de tempos pretéritos e o compasso dinâmico do devir social (Santos, 1977). Para Santos (2000), a dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas ressignifica objetos e ações, o espaço, portanto, é visto como amálgama do tempo. O Nordeste, portanto, é o lócus deste estudo, por exprimir diferenças e disparidades, zonas de densidade e rarefação, espaços de rapidez e lentidão, luminosos e opacos (Santos; Silveira, 2001), onde a rede urbana é uma das expressões mais notórias.

Diferentemente do que se pensou sobre a homogeneização regional ou o seu desaparecimento, o desenvolvimento desigual e combinado propiciou a presença de fenômenos de tempos históricos diferentes, coexistindo no tempo/espaço presente, ao mesmo tempo, a divisão territorial do trabalho e a compressão espaço-temporal agravam

diferenças e disparidades, porque ela não ocorre de maneira homogênea para todos (Santos, 2000), a região, portanto, se manifesta não apenas na forma tradicional zonal, mas também em redes, que operam em múltiplas escalas, cada vez mais imersos em uma lógica de redes e de articulações reticulares (Haesbaert, 2010).

Para interpretar estas mudanças, o IBGE desde a primeira edição em 1972, tem se empenhado em analisar as relações funcionais entre os centros urbanos, como instrumentos importantes para a compreensão da rede urbana brasileira, como a pesquisa: Região de Influência das Cidades (REGIC). As edições subsequentes do estudo foram refinando a metodologia, incorporando novas variáveis e categorias de análise.

A REGIC passou por diversas reformulações metodológicas para acompanhar as mudanças no padrão de interação entre os centros urbanos brasileiros, incorporando variáveis analíticas ao longo do tempo. A edição de 2007 introduziu uma nova categorização de centros urbanos, incluindo capitais regionais e centros sub-regionais, permitindo uma análise mais detalhada das funções desempenhadas pelas cidades. Já a edição de 2018, trouxe a incorporação de novas fontes de dados, como registros administrativos e informações sobre deslocamentos populacionais, além de expandir a análise para um contexto mais integrado de fluxos econômicos e sociais.

Para tanto, organizamos no Quadro 1, uma síntese das principais variáveis agregadas ao longo dessas atualizações da REGIC:

Quadro 1. Região de Influência das Cidades (REGIC) – 1972 a 2018 - Principais variáveis

Ano/Edição	Variáveis consideradas
1972	Fluxo de bens e serviços, deslocamentos intraurbanos
1987	Hierarquia urbana
2000	Classificação de capitais regionais – novos critérios
2007	Centros urbanos – atualização de categorias
2018	Registros administrativos e deslocamentos populacionais
Fonte: REGIC/IBGE (1972-2018).	

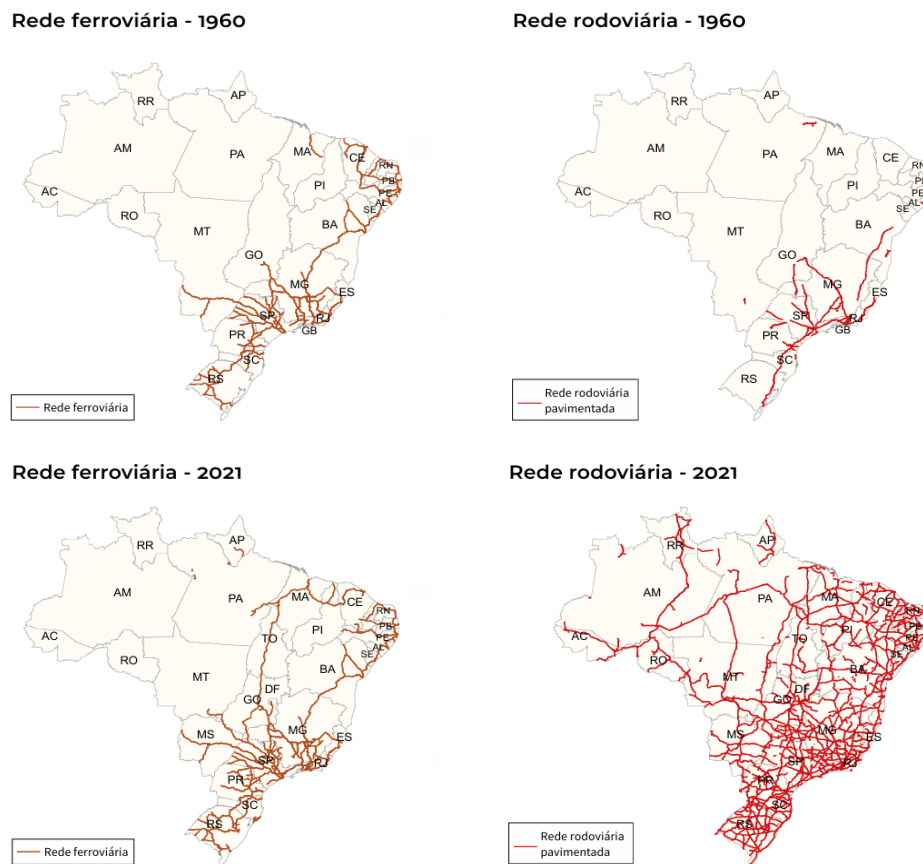
A REGIC permite identificar os níveis hierárquicos das cidades e a extensão de suas áreas de influência, refletindo transformações econômicas e políticas ao longo do tempo e mantem-se como um importante e acessível documento. Em acréscimo à proposta metodológica da REGIC, no ano de 2017 o IBGE apresenta à comunidade uma nova proposta de regionalização do território brasileiro, as Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias.

A criação das regiões geográficas imediatas e intermediárias pelo IBGE representa uma ampliação no leque de interpretações das formas de regionalização do território brasileiro, substituindo a antiga divisão em microrregiões e mesorregiões. Essa nova categorização busca refletir com maior precisão as dinâmicas territoriais contemporâneas, considerando a intensidade das interações entre cidades e suas áreas de influência.

As Regiões Geográficas Imediatas correspondem também, a unidades territoriais com forte articulação funcional diária, geralmente estruturadas a partir da influência de um centro urbano mais dinâmico. Já as Regiões Geográficas Intermediárias agregam um conjunto de cidades que possuem interdependência econômica e administrativa, desempenhando um papel central na organização do espaço nacional. Essa divisão permite uma análise mais detalhada das dinâmicas regionais, identificando não apenas os polos de influência, mas também as interações entre cidades de menor porte que exercem funções complementares dentro da rede urbana.

A justificativa para essa nova regionalização está atrelada às transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas, que resultaram em novas formas de interação territorial. A expansão da infraestrutura de transportes, a descentralização produtiva e a intensificação dos fluxos de bens e pessoas entre cidades médias e pequenas (Figura 1), demandaram uma revisão do modelo tradicional de regionalização, possibilitando uma leitura mais ajustada à realidade contemporânea.

Figura 01. Evolução da rede de transportes no Brasil.



Fonte: Ministério da Infraestrutura, 2021.

A regionalização do IBGE, a partir da Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) e Região de Influência das Cidades (2018), portanto, suscitou um papel importante se consideramos a reformulação da análise territorial, permitindo uma leitura mais aproximada da influência das cidades na dinâmica regional. Ao mesmo tempo, as cidades intermediárias desempenham papel de interligação entre níveis hierárquicos urbanos superiores e inferiores, sendo essenciais para a articulação das atividades econômicas e para a distribuição de serviços e infraestruturas.

Assim, importa pensar em que medida as alterações na urbanização interferiram na rede urbana e fizeram com que as cidades passassem a exercer novos papéis. Isto é, avaliar o modo como cada uma dessas cidades foi incorporada ao ciclo de reprodução do capital, na fase atual, em que se ampliam as imposições do capital financeiro e do capital produtivo, pela expansão dos diversos setores da economia sob esta lógica.

Interações espaciais e relações de centralidade: a rede urbana na Bahia

Resultado de um processo historicamente desigual, o extenso território baiano expressa-se de modo pouco articulado e a organização das cidades carrega a mesma condição no que tange à sua disposição naquele subespaço, além de graus distintos de interação espacial, conformando uma estrutura urbano-regional bastante hierarquizada. O perfil apontado por Silva e Fonseca (2007) sobre a rede de cidades na Bahia, diagnosticou uma diversificação importante, entre os 417 municípios baianos, ou seja, 28 centros urbanos que concentram, aproximadamente, 80% dos fluxos sociais e econômicos, mais de 50% da população baiana, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos e 70% dos rádios licenciadas da Bahia.

Isto posto, advindo de várias lógicas, tem-se como caminho, analisar o conjunto de transformações na Bahia como produto exclusivo da industrialização. A industrialização foi importante, mas deve-se ampliar o escopo e pensar outras lógicas para entender o desenvolvimento das forças produtivas na Bahia que redefiniram sobremaneira a urbanização. Logo, acreditamos que esse amadurecimento do desenvolvimento das forças produtivas vem redefinindo a rede de cidades, não apenas o papel de Salvador como metrópole regional, mas também, o papel de várias cidades que, como sinalizamos na seção anterior, são entendidas como cidades médias, cidades regionais e cidades pequenas, além de considerar outros aglomerados que fazem parte dessa rede urbana como vilas e povoados.

No caso da Bahia, é interessante observar essas mudanças não só vinculadas à atividade industrial, porque muitas cidades têm uma articulação que se vincula a outros setores da economia, o que nos permite entender melhor a estrutura da rede urbana e como ela funciona. Uma das questões a considerar é que a rede urbana na Bahia mudou. Passamos por um processo de modernização capitalista e essa modernização se disseminou junto com o processo de internacionalização da economia.

Logo, cada formação socioespacial influencia na forma, na expressão da rede urbana. No caso da Bahia, as formas de expressão da rede urbana são, em certa medida, desiguais e excludentes e nos leva a considerar a condição de que há um conjunto de redes, mas há, também, um conjunto de excluídos dessas redes e de como têm várias expressões espaciais. Nesta pesquisa, adotamos a regionalização do IBGE (2017) de classificação em Região Geográfica Intermediária e Imediata (Figura 2), com foco, especificamente nas regiões Intermediárias de Barreiras, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista.

Figura 02. Regiões Geográficas da Bahia.



Fonte: IBGE, 2017.

A Região Geográfica Intermediária de Barreiras, por exemplo, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, é uma das dez regiões do estado da Bahia. Esta região abrange 24 municípios, organizados em duas Regiões Geográficas Imediatas (Quadro 2), Barreiras destaca-se como o município mais populoso desta região.

Quadro 2. Região Geográfica Intermediária de Barreiras e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Barreiras	Imediata de Barreiras (17)	Angical; Baianópolis; Barreiras; Brejolândia; Catolândia; Cotegipe; Cristópolis; Formosa do Rio Preto; Luís Eduardo Magalhães; Mansidão; Riachão das Neves; Santa Rita de Cássia; Santana;

		São Desidério; Serra Dourada; Tabocas do Brejo Velho; Wanderlei
	Imediata de Santa Maria da Vitória (7)	Canápolis; Cocos; Correntina; Coribe; Jaborandi; Santa Maria da Vitória; São Félix do Coribe
Fonte: IBGE (2017)		

De acordo com os dados do censo 2022, o município de Barreiras (BA) apresenta uma população de cerca de 159,7 mil habitantes, e uma baixa densidade demográfica de 19,84 hab/km² e um território bastante amplo, com 8.059,305 km². No âmbito social, a escolarização de crianças de 6 a 14 anos é muito alta, atingindo 98,33%. Em termos da dimensão econômica, o PIB per capita chega a R\$ 44.221,63 (2021), diminuindo um nível de desenvolvimento relativamente expressivo para a região. Do ponto de vista da situação geográfica, a grande extensão territorial, somada a densidade baixa, bom nível de escolarização, PIB per capita elevado, posicionam Barreiras como um polo econômico importante no oeste da Bahia, estrategicamente produzido como e para a manutenção do crescimento e atração de investimentos e na organização urbano-regional do Estado da Bahia.

No caso da Região Geográfica Intermediária de Barreiras-BA, a dinâmica urbana é fortemente influenciada pelo agronegócio, que impulsiona a expansão econômica da região e estreita as interações entre os municípios. A presença de centros urbanos em expansão, como a cidade de Luís Eduardo Magalhães, altera significativamente a configuração urbana e, em conjunto, fortalece o papel de Barreiras como polo regional. Entretanto, essa expansão também intensifica os desafios sociais e ambientais, incluindo a pressão sobre os recursos hídricos e a crescente desigualdade socioespacial.

Ao mesmo tempo, apresenta reduzido número de polos, grandes distâncias geográficas entre eles e altamente vinculado ao mercado internacional de commodities. Este fato o permite constituir uma outra tipologia territorial em nível nacional, com a formação do chamado MATOPIBA (partes de Maranhão, Tocantins, Piauí e da própria Bahia). Ao passo que confirma Barreiras e Luís Eduardo Magalhães como polos estruturadores do Arco 3, com características de ocupação rarefeita e a partir de uma única especialidade urbana, a

baiano, atuando como um polo regional em áreas como comércio, educação e saúde, além de possuir uma economia diversificada que abrange a agricultura.

Quadro 3. Região Geográfica Intermediária de Vitória da Conquista e suas Regiões Imediatas (IBGE)

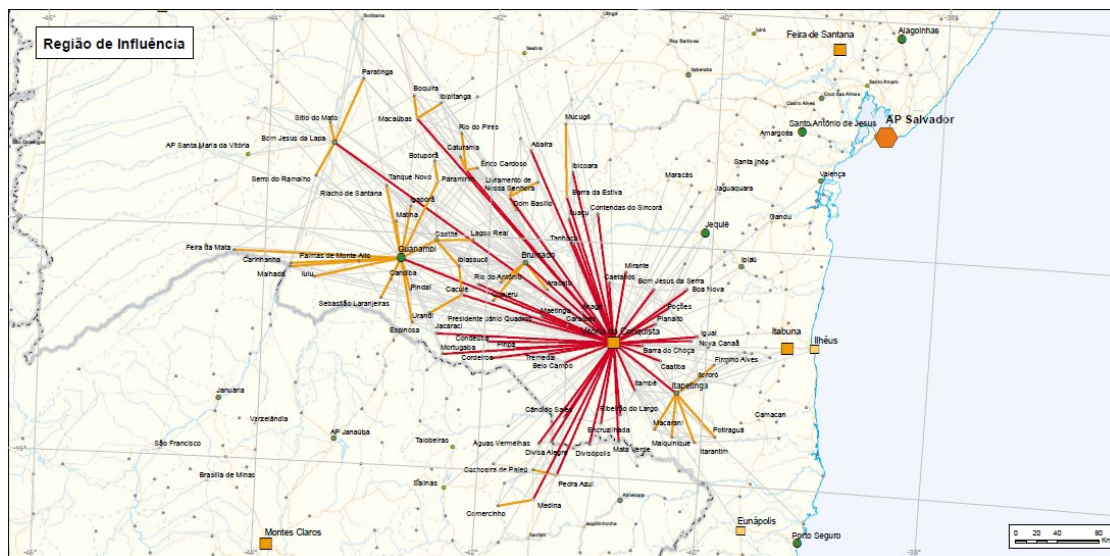
Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
		Tremedal
		Tanhaçu
		Ribeirão do Largo
		Presidente Jânio Quadros
		Poções
		Planalto
		Piripá
		Nova Canaã
		Mirante
		Maetinga
		Ituaçu
		Itambé
		Iramaia
		Iguaí
		Ibicoara
		Encruzilhada
		Cordeiros
		Contendas do Sincorá
		Condeúba
		Caraíbas
		Cândido Sales
		Caetanos
		Caatiba
		Bom Jesus da Serra
		Boa Nova
		Belo Campo
		Barra do Choça
		Barra da Estiva
		Anagé
	Jequié	Santa Inês
		Planaltino
		Maracás
		Manoel Vitorino
		Lajedo do Tabocal
		Lafaiete Coutinho
		Jitaúna
		Jequié
		Jaguaquara
		Itiruçu
		Itaquara
		Itagi

		Irajuba
		Cravolândia
		Apuarema
		Aiquara
	Brumado	Rio do Pires
		Rio de Contas
		Paramirim
		Malhada de Pedras
		Livramento de Nossa Senhora
		Jussiape
		Dom Basílio
		Caturama
		Brumado
		Aracatu
		Érico Cardoso
		Abaíra
	Ipiaú	Wenceslau Guimarães
		Ubatã
		Teolândia
		Piraí do Norte
		Nova Ibiá
		Itamari
		Itagibá
		Ipiaú
		Ibirataia
		Gongogi
		Gandu
		Dário Meira
		Barra do Rocha
Itapetinga	Potiraguá	
	Maiquinique	
	Macarani	
	Itororó	
	Itarantim	
	Itapetinga	

Fonte: IBGE (2017).

Com uma crescente centralidade na rede urbana da Bahia, a cidade de Vitória da Conquista, conforme Santos, J. (2016, p. 37), caracteriza-a como “difusora e controladora das atividades comerciais mais importantes do Território de Identidade”, e ponto de atração de fontes de capitais comercial e financeiro. Esse contexto promoveu uma nova dinâmica econômica, como sintetiza a REGIC (2018), como Capital Regional B (2b) (Figura 4).

Figura 04. Vitória da Conquista. Região de Influência Capital Regional B (2b).



Fonte: REGIC, 2018).

De acordo o último censo (IBGE, 2022), Vitória da Conquista (BA) possui população de 370.879 habitantes em um território de 3.254,2 km², com densidade de 113,97 hab/km², consolidando-se como uma Capital Regional B (2B) e importante polo de serviços no sudoeste baiano. O município apresenta PIB per capita de R\$ 23.907,93 (2021) e IDHM de 0,678 (2010), além de um volume expressivo de receitas brutas realizadas de R\$ 1,57 bilhão em 2024, das quais 74,25% correspondem a transferências correntes, e despesas brutas empenhadas de R\$ 1,49 bilhão no mesmo ano. No campo educacional, a taxa de escolarização de 98,49% para crianças de 6 a 14 anos (2022) posiciona o município na 292ª posição estadual e 3975ª nacional; já o IDEB 2023 registra 5,6 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais da rede pública, ocupando as posições 56 e 120 no estado e 3210 e 4071 no país. Tratando-se da posição geográfica, tais indicadores reforçam o papel da cidade de Vitória da Conquista como centro urbano regional de alta relevância econômica, administrativa e educacional.

Contudo, Santos, J. (2016) assevera sobre a necessidade de uma análise atenta à conformação da cidade que passa, assim como já notado por Silva e Fonseca (2007) sobre uma prática política direcionada com fins de articulação do território, promovendo fluidez (capital, mercadorias, pessoas, informações) no território baiano de modo ampliado e, na área de influência constituída por e abarcada pela cidade de Vitória da Conquista, sob três processos conforme argumenta:

1)A ausência de políticas que garantissem a permanência do homem no campo; 2) processo de mecanização/modernização da agricultura; e 3) em função de crises na atividade agrícola. Esses elementos criaram as possibilidades para a sua expansão urbana, pois, enquanto local de decisão/centro de comando, as condições ideais foram designadas para sustentar e reproduzir o modo de produção capitalista – mão de obra barata e disponível -, em avanço para o espaço nordestino (Santos, 2016, p. 38).

Para Santos (2016), a expansão e acumulação capitalista explicam alterações no quadro demográfico, bem como, da demanda por serviços e incremento de relações comerciais, afirmando que a realidade socioeconômica de Vitória da Conquista teve ações centradas de proprietários fundiários nas primeiras décadas do século XX. Para compreender a nuances da produção do espaço urbano da cidade de Vitória um elemento a considerar é a própria a expansão territorial urbana.

Influenciado pela implantação de elementos como rodovias federais e regionais, a expansão territorial urbana, o incremento da estrutura urbana e o aumento da população, além de facilitar as conexões entre grandes centros de comando, mudaram as relações locais e a maneira como esse espaço é produzido. Evidente que esses fatores, isoladamente, não explicam a dimensão desse processo, mas aumentam a expressão política, as intenções econômicas, a gestão, a diversificação econômica com a expansão do comércio, além da construção de relações entre os agentes sociais.

Sobretudo, as mudanças produzidas pelo intenso processo de urbanização decorrente da própria industrialização do Brasil, com evidente intenção do capitalismo de se expandir por meio da implantação de novas empresas, facilita mudanças nas relações espaciais e temporais e, portanto, prenuncia uma nova área. Nesses termos, as divisões técnicas, sociais e geográficas do trabalho são redefinidas.

Nesse intenso processo de dispersão da cidade, verifica-se um remodelar da estrutura urbana; o implemento de empreendimentos imobiliários comerciais, de lazer e de moradia, que tem reorganizado as áreas destinadas aos diferentes usos do solo e, mais, essa alocação, em contraste com a lei, vem se dando, sobremaneira, sob gestão da iniciativa privada. Além do incremento de novos loteamentos e equipamentos urbanos, impondo-se materialmente nos espaços e, principalmente, na periferia espacial dessa cidade, há a assimilação, de cima para baixo, de um padrão de vida urbana incorporado por e através de representações.

A relação espaço-tempo é tensionada pela celeridade desse processo, significativa alteração na estrutura espacial dessas cidades e densificação de processos pré-existentes, como o da desigualdade, histórico na formação do território baiano o entendemos em interrelação com a diferenciação socioespacial, na medida em que o contexto descrito não apenas expõe as bases desiguais em que as cidades baianas têm sido produzidas, como também acirram a desigualdade social que se entrelaça ao movimento da urbanização contemporânea.

Por fim, a Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna, que abrange 51 municípios, organizados em quatro Regiões Geográficas Imediatas (Quadro 4). Há, na Região Geográfica Intermediária de Ilhéus-Itabuna, uma estrutura hierárquica organizando os centros urbanos que, conforme a rede urbana regional, estão dispostos, funcionalmente, de modo desigual no espaço baiano como resultado e condição da manutenção de uma estrutura desigual e produção de diferenciação socioespacial.

Quadro 04. Região Geográfica Intermediária de Ilhéus – Itabuna e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Ilhéus – Itabuna	Ilhéus – Itabuna	Uruçuca
		Ubaitaba
		São José da Vitória
		Santa Cruz da Vitória
		Maraú
		Itapitanga
		Itapé
		Itajuípe
		Itaju do Colônia
		Itacaré
		Itabuna
		Ilhéus
		Ibirapitanga
		Ibicuí
		Ibicaraí
		Floresta Azul
		Firmino Alves
		Coaraci
		Buerarema
		Barro Preto
		Aurelino Leal
		Almadina
	Teixeira de Freitas	Vereda
		Teixeira de Freitas
		Prado
		Nova Viçosa
		Mucuri
		Medeiros Neto

		Lajedão
		Jucuruçu
		Itanhém
		Itamaraju
		Ibirapuã
		Caravelas
		Alcobaça
	Eunápolis - Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália
		Porto Seguro
		Itapebi
		Itagimirim
		Itabela
		Guaratinga
		Eunápolis
		Belmonte
	Camacan	Una
		Santa Luzia
		Pau Brasil
		Mascote
		Jussari
		Canavieiras
		Camacan
	Arataca	

Fonte: IBGE (2017)

Mesmo porque as transformações na produção das cidades e da própria rede urbana, leva-nos a repensar os modelos tradicionais que a estruturam, mesmo considerando as permanências nas relações hierárquicas, há uma dinâmica que não se limita às atuais barreiras impostas pela hierarquia, assim analisada pela Regic (2018), para o caso de Itabuna, como Capital Regional B(2b) (Figura 5).

continuidade do tecido urbano, como também, pela interação espacial entre esses centros, mediados pelas funções exercidas por cada um, processo classificado como uma aglomeração urbana.

O município de Itabuna, distante cerca de 426 quilômetros da capital do estado, Salvador, com população de 186.708 habitantes, de acordo com o IBGE (2022) e Produto Interno Bruto per capita (PIB) em torno de PIB per capita era de R\$19.618,7 (IBGE, 2017), destaca-se como centro regional B (REGIC, 2018), com destaque para o comércio, serviços e indústria. Por esse documento, a cidade de Itabuna exerce centralidade, por exemplo, atraindo deslocamentos para os serviços de saúde de média e alta complexidade, para cursar ensino superior, considerando deslocamento pendulares e, para compras de móveis e eletrodomésticos (REGIC, 2018).

O município de Ilhéus, a 446 quilômetros da capital do estado, Salvador, em 2022, a população era de 178.649 habitantes e a densidade demográfica era de 112,46 habitantes por quilômetro quadrado, com PIB per capita R\$25.829,06 (IBGE, 2017), teve sua economia historicamente pautada na monocultura do cacau. Atualmente, volta-se a assistência especializada em cacau, segundo o IBGE (REGIC, 2018) constituindo-se como um centro de ligação entre produtores do sul baiano e municípios vizinhos, como também, com outros estados onde cultivava-se o cacau. Essa característica atribuída a Ilhéus justifica-se pela soma de conhecimento técnico adquirido historicamente através da produção de cacau e dos investimentos em centros de pesquisa para esse fim, os quais tornaram-se referência para além dos limites do município e região cacaueira do sul da Bahia.

Acrescenta-se que na cidade de Ilhéus tem sido desenvolvida atividade turística conformando-a como centro funcional geográfico do turismo regional (Trindade, 2011). De acordo com esse mesmo autor, a cidade de Ilhéus é o principal ponto regional de entrada e saída de pessoas, informações, mercadorias, por meio dos transportes marítimo e terrestre, destacando-se o direcionamento turístico em aeroportos privados, como em Comandatuba, do aeroporto em Ilhéus, que atende também Itacaré, e do porto em Ilhéus abarcando a exportação, sobretudo, de soja oriunda da região oeste da Bahia.

Ainda que lidemos com a caracterização de cada uma das cidades, Ilhéus e Itabuna, por nomear a regionalização proposta pelo IBGE (2017), a expressiva relação de complementariedade entre as duas leva-nos a identificá-las como “um só organismo cabeça de região” (Santos, M. 1959, p. 27). Desde um quadro urbano-regional, aproximamo-nos,

também, do entendimento desse como um sistema no interior de um sistema de cidades (Berry, 1964), aplicando-se, também, o entendimento do sistema urbano-regional como um sistema dentro de outras regiões (Silva, Silva; Leão, 1987).

No caso de Ilhéus-Itabuna, seu agrupamento deu-se por diversos elementos, desde os mais gerais, relativos ao extenso território baiano, às características ambientais, sociais e econômicas como base para planejamento com fins agrícolas, estatísticos, urbano-regionais. Desde seus estudos na década de 1980, Silva, Silva e Leão (1987) já sinalizavam as tendências para a conjunção das cidades de Ilhéus-Itabuna, considerando o seu papel de comando dessa aglomeração, alimentando nossa proposição de atuação de ambas como um tipo urbano desempenhando papéis de comando e funções de intermediação como o tipo urbano de uma cidade média:

Se até recentemente foi possível falar separadamente de Ilhéus e Itabuna, valorizando determinados aspectos específicos, hoje é mais conveniente tratar dos dois centros praticamente como uma só unidade urbana responsável pela condição da vida regional. Esta constatação decorre da progressiva integração entre os dois centros, observada, sobretudo, a partir da implantação da CEPLAC, da FESPI, do CNPC e de outras instituições e atividades. Mesmo reconhecendo uma certa rivalidade e competição entre esses dois centros, o que é compreensível até certo ponto e uma tendência oposta de crescimento físico, não há dúvidas de que, com a mesma base econômica progressivamente mais bem estruturada e organizada, a partir de várias instituições, houve uma crescente interdependência entre os dois centros (Silva, Silva; Leão, 1987, p. 407).

Em termos de dinâmica demográfica, Silva, Silva e Leão (1987) afirmam que o que se denominou como região de Ilhéus-Itabuna resultou de uma organização regional homogênea e hierarquizada, estruturada pela cultura cacaueteira marcada em ambas as cidades, como destacado por esses autores:

A área onde a influência de Ilhéus-Itabuna é exercida corresponde essencialmente à principal zona de produção do cacau do Estado, ou seja, há uma similaridade entre a definição da região agrícola cacaueteira e a do subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna (Silva, Silva; Leão, 1987, p. 64).

Para esses autores, essa associação foi determinante na caracterização e funcionamento do subsistema urbano Ilhéus-Itabuna do ponto de vista econômico, por exemplo, mas, também, como é tratado no decorrer desta tese, estruturou as relações sociais e as representações dos cidadãos, sejam aqueles originalmente naturais daquelas cidades ou aqueles que migraram de outras cidades para morarem em Ilhéus e Itabuna.

Trindade (2011), ao pesquisar a conformação da aglomeração urbana Ilhéus-Itabuna, indica uma complexificação nas relações sociais, políticas e econômicas entre essas cidades quando da expansão da área de produção cacaujeira no correr das últimas décadas do século XIX. Esse destaque econômico com o incremento da cultura cacaujeira reforçou a posição de Ilhéus ao passo que, gradativamente, fortaleceu a estruturação urbana da cidade de Itabuna, contando com a favorecida posição geográfica entre o litoral e o interior produtivo cacaujeiro. A cultura cacaujeira integrou, assim, a constituição econômica da região de modo mais amplo, e da constituição [hierárquica] da sociedade, principalmente na cidade de Ilhéus, mas, também, impactando na organização social da cidade de Itabuna, conforme caracterizado por Trindade (2011):

Nesse contexto regional engendrado pela produção e comercialização do cacau, mas partícipe, na escala mundial, do sistema capitalista de produção, diferentes atores sociais participaram de um mesmo processo, ainda que em posições diametralmente opostas: de um lado, a nascente burguesia comercial, produtora de cacau, constituída pelos grandes proprietários de terras, pelos comerciantes e exportadores, e pelos membros da administração político-administrativa regional, oriundos desses segmentos sociais; e de outro lado, trabalhadores rurais com remunerações precárias, administradores das fazendas e até mesmo jagunços, contratados para proteger as propriedades e seus proprietários. (Trindade, 2011, p. 106).

Esse autor defende uma perspectiva de análise que é a da interconexão articuladora entre o espaço regional com o espaço urbano, já que as cidades, consideradas nós de uma rede urbana, possuem infraestrutura de atendimento às demandas intra e externamente, voltando-se a seu espaço de influência. No contexto da Região Geográfica Intermediária Ilhéus-Itabuna as relações estabelecidas reforçam a constituição de um tipo urbano que responde às demandas dos seus municípios e do seu entorno, além de intermediar conexões e interações desde os menores aglomerados às cidades de maior porte na escala da rede urbana baiana e do sistema urbano brasileiro.

Para tanto, ambas as cidades dividem ou disputam o espaço, no que tange à implementação de estruturas espaciais e demais infraestruturas, com vistas a reforçar não só a região geográfica, como também, cada cidade, especificamente, pois, além de complementaridade, há ainda elementos de hierarquia entre essas cidades que alternam suas posições a depender do recorte operado. Em termos históricos, Ilhéus é um dos centros urbanos mais antigo do Brasil, ao passo que as marcas da colonialidade em seu processo de formação socioespacial acompanha a própria formação do território brasileiro,

materialmente inscrito na paisagem urbana, do que restou preservado da arquitetura do período colonial e das características sociais em termos de ocupação do território.

Tomando como base os dois municípios que nomeiam a região geográfica intermediária e, atribuindo-lhe a perspectiva funcional de uma aglomeração urbana, o duplo Ilhéus-Itabuna, ainda que com relativa permanência no processo de estruturação dos dois municípios que conformam esse tipo urbano, identifica-se uma dinamicidade interna e entre os dois que não está circunscrita aos limites político-administrativos de cada um, estende-se aos demais municípios pertencentes à região geográfica intermediária e aqueles em ligação com as imediatas.

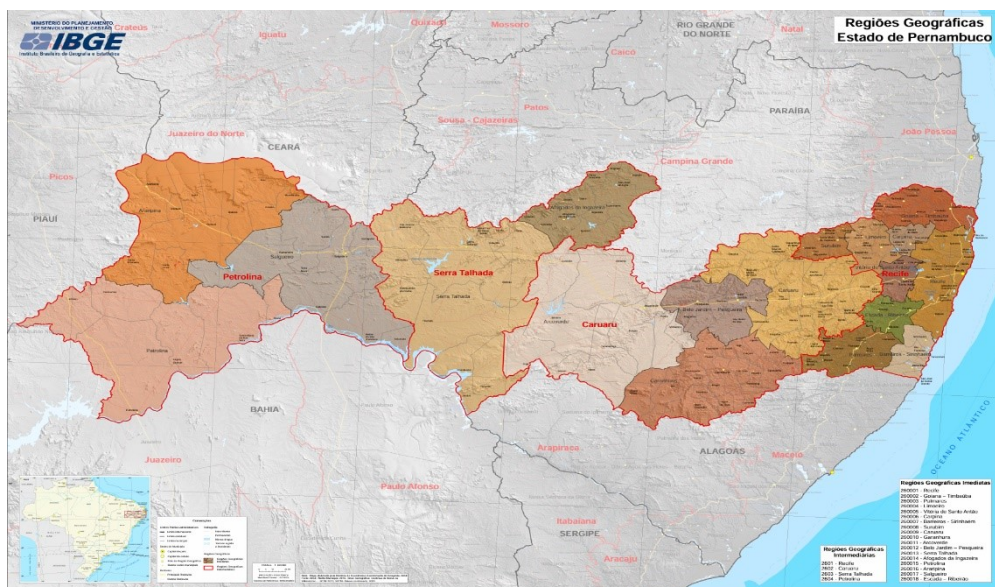
Verifica-se densas interações expressas pelos intensos fluxos entre Ilhéus e Itabuna, com deslocamentos diários para atividades e demandas diversas do cotidiano, desde o mais básico, como o consumo alimentício, às funções mais complexas, como acesso a serviços médicos e compra de equipamentos especializados, por exemplo. Tem-se, assim, uma interação entre as cidades de Ilhéus e Itabuna por meio das funções urbanas desenvolvidas por cada uma delas, mas, também, porque esses centros urbanos se articulam político, social e administrativamente em um processo de junção que não se realiza, apenas, por uma relativa continuidade do tecido urbano propiciado por um objeto técnico, a rodovia federal (BR 415), Rodovia Jorge Amado, como também por interações espaciais.

Nesse caso, além de reafirmarmos o conteúdo típico de uma aglomeração urbana, há a identificação de papéis e funções que o tipo urbano – aglomeração urbana – desempenha enquanto uma cidade média, comparativamente às funções e abrangência desempenhadas pelos demais tipos urbanos investigados, Barreiras e Vitória da Conquista.

Interações espaciais e relações: o caso da rede urbana em Pernambuco

De acordo com o IBGE, a organização do território pernambucano, tem como elemento norteador a classificação em Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas, substituindo as antigas mesorregiões e microrregiões. São 185 municípios em todo o estado que se distribuem em 18 regiões, agrupadas em quatro regiões geográficas intermediárias, quais sejam: Recife, Caruaru, Serra Talhada e Petrolina (Figura 6).

Figura 06. Regiões Geográficas de Pernambuco.



Fonte: IBGE, 2017.

A capital Recife, tornou-se um dos principais redutos da produção açucareira e de entreposto comercial do país ainda durante a colonização (com a perda de importância política e econômica de Olinda, no século XVII) (Andrade, 2007). Por conseguinte, o cultivo da cana motivou ainda, a amplitude da rede urbana para a zona da mata, para o agreste e o sertão, através da pecuária.

Esta característica histórico-estrutural, além da manutenção de uma hegemonia econômica, cultural e política da capital, fez a Região Metropolitana do Recife (RMR) concentrar tanto um contingente populacional (3,7 milhão) como a participação no PIB (aproximadamente 60%) de Pernambuco (IBGE/CIDADES, 2025). Todavia, ao longo dos anos, foi se constituindo polos regionais de interiorização no estado, tanto no agreste como no sertão, que concentram diversas atividades e funções, como as regiões de Caruaru e Petrolina, objeto desta investigação.

A região agrestina, foi ocupada historicamente para atender, de forma complementar, a atividade canavieira que se desenvolvia no litoral, especialmente a partir da pecuária extensiva, que seguia o curso dos rios (Andrade, 2007). Anos depois (século XVIII), uma outra atividade econômica importante nesta região subúmida, foi a produção algodoeira, comandando a ampliação do adensamento populacional, de cidades e sua rede (Cavalcanti, 2015).

Dentro deste quadro, a Região Geográfica Intermediária de Caruaru, por exemplo, abrange 64 municípios (Quadro 5), sendo a segunda em número de municípios do estado, atrás apenas da capital Recife.

Quadro 05. Região Geográfica Intermediária de Caruaru e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Caruaru	Caruaru	Toritama
		Taquaritinga do Norte
		São Joaquim do Monte
		São Caitano
		Santa Cruz do Capibaribe
		Sairé
		Riacho das Almas
		Panelas
		Lagoa dos Gatos
		Jataúba
		Ibirajuba
		Gravatá
		Cupira
		Cumaru
		Chã Grande
		Caruaru
		Camocim de São Félix
		Cachoeirinha
		Brejo da Madre de Deus
		Bonito
		Bezerros
		Barra de Guabiraba
		Altinho
		Agrestina
	Garanhuns	Terezinha
		São João
		Saloá
		Quipapá
		Paranatama
		Palmeirina
		Lajedo
		Lagoa do Ouro
		Jurema
		Jupi
		Jucati
		Iati
		Garanhuns
		Correntes
		Capoeiras

		Canhotinho
		Calçado
		Caetés
		Brejão
		Bom Conselho
		Angelim
		Águas Belas
	Arcoverde	Venturosa
		Tupanatinga
		Sertânia
		Pedra
		Manari
		Itaíba
		Inajá
		Ibimirim
		Custódia
		Buíque
		Arcoverde
	Belo Jardim – Pesqueira	Tacaimbó
		Sanharó
		Poção
		Pesqueira
		Belo Jardim
		Alagoinha
		São Bento do Una
Fonte: IBGE (2017)		

A cidade principal Caruaru, que nomeia a Região Geográfica, é considerada na hierarquia urbana uma Capital Regional B (2018) e de acordo com o censo de 2022, possuía 378.048 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa do estado, localizando-se no Agreste do Estado, com área de 932,8 km² e 134 km de distância da capital Recife.

Concentra um importante polo agrícola, industrial e, fundamentalmente comercial. Surgindo, inclusive, com um papel central na intermediação de produtos entre o sertão e o litoral, passando a comercializar alimentos da policultura da região, eletroeletrônicos e vestuário, através da sua feira (Almeida, 2015).

O entreposto comercial foi um fator importante para a centralização na rede urbana no agreste pernambucano, ao mesmo tempo, a ascensão da produção do algodão influenciou na estruturação da cidade e do sistema ferroviário ao final do século XIX (Almeida, 2015; Andrade, 2007) Reforçou, assim, sua centralidade enquanto centro regional do agreste pernambucano, beneficiando-se também, pela posição geográfica, isto é, entre a capital Recife e o sertão através da cidade de Arcoverde (Valença, 2018). Na segunda metade do

século XX, a cidade se transforma num centro atrativo para faculdades, indústrias, habitantes de outros municípios, e, também, investimentos públicos, que proporcionaram a expansão urbana ao longo dos anos (apud, 2018).

No âmbito da contemporaneidade, o comércio e os serviços são difusores importantes para a região de Caruaru frente a outras cidades, como bancos, consultórios, hospitais, comércio e setores turísticos. Além disso, a região se configura como crucial para difundir a produção do polo de confecção oriunda das cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e da própria Caruaru, cidades estas conhecidas como o polo de confecções do agreste. Cujas produções se difundem no estado de Pernambuco e demais estados do Nordeste (Valença, 2018).

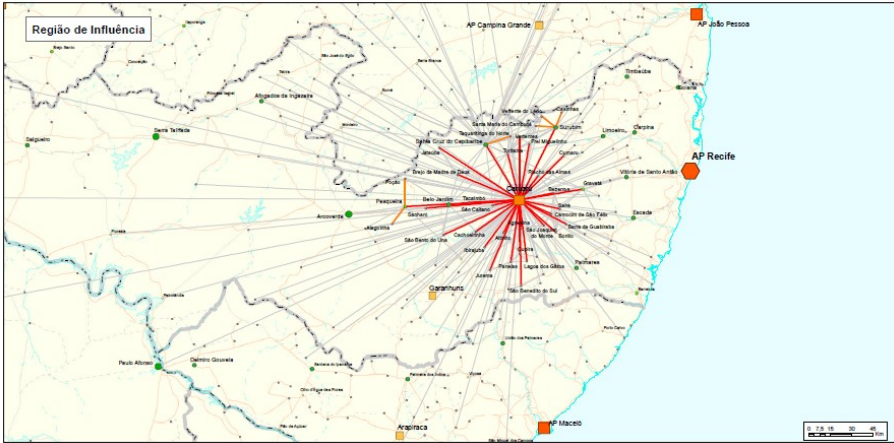
Há, portanto, uma complementaridade e uma interdependência funcional, com disputas econômicas, políticas entre centros urbanos, competição e de complementação. Roberto Lobato Corrêa (1997) sugere, a partir do conceito de rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos, apontamentos para um estudo sobre as feiras no Nordeste do país, com comércio, centros menores de circulação de dinheiro, coexistindo, portanto, com setores modernos e superiores, como bancos, empresas e indústria por exemplo, como analisou Milton Santos (2004).

No quadro da reestruturação do capitalismo e mudanças significativas no nordeste contemporaneamente, há transformações substanciais na região, especialmente na cidade de Caruaru, como investimentos em infraestrutura e logística através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fortalecimento da região com a construção da transnordestina, complexos eólicos nas cidades do entorno, empregabilidade (a informalidade ainda é latente no âmbito destas cidades), atração de indústrias, centros de desenvolvimento tecnológico, ampliação de programas de transferência de renda, a atração de instituto e universidades públicas, como o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), a Universidade de Pernambuco (UPE) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), faculdades privadas como o Centro Universitário Maurício de Nassau (UNINASSAU), a Asces-Unita (Centro Universitário Tabosa de Almeida), e a UniFAVIP (Centro Universitário Favip Wyden) que oferecem cursos como Direito, Medicina, Odontologia, Engenharia Civil, Enfermagem, entre outros.

Houve, portanto, uma maior atração para esta região, com maior capilaridade na economia nacional e internacional, melhoria do PIB e das condições sociais da vida da

população. Todavia, estas Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas de Caruaru, ainda mantêm uma lógica perversa e concentradora de terras, renda e de desigualdades socioespaciais (Araújo, 1995; Soares; Valença, 2024) (Figura 7).

Figura 07. Caruaru. Capital Regional B (2b).



Fonte: REGIC (2018).

Já a Região Geográfica Intermediária de Petrolina é um conjunto de municípios que inclui 25 cidades, sendo a cidade de Petrolina o polo mais importante e principal (Quadro 6).

Quadro 06. Região Geográfica Intermediária de Petrolina e suas Regiões Imediatas (IBGE)

Região Geográfica Intermediária	Regiões Geográficas Imediatas	Municípios
Petrolina	Petrolina	Santa Maria da Boa Vista
		Petrolina
		Orocó
		Lagoa Grande
		Dormentes
		Afrânio
	Araripina	Trindade
		Moreilândia
		Santa Filomena
		Santa Cruz
		Ouricuri
		Ipubi
		Granito
		Exu
		Bodocó
		Araripina
	Salgueiro	Verdejante
		Terra Nova
		Serrita
		Salgueiro
		Parnamirim

colocação entre todos os 185 municípios do estado (TCE, 2025). colocação entre todos os 185 municípios do estado (CONDEPE/FIDEM, 2020 apud Pereira, 2025).

A cidade era conhecida no passado, por ser uma área de entreposto, ou seja, passagem para a cidade vizinha Juazeiro, na Bahia. Esta mesma passagem, servia como ponto de apoio do desenvolvimento da zona sertaneja do Estado, com vias de acesso para os Estados do Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Santos Filho, 2021). Estrategicamente localizada próximo a um importante rio brasileiro, foi orientada para receber incentivos públicos ao longo dos anos, especialmente, com a criação da SUDENE em 1959, como mecanismo de combater as desigualdades inter-regionais que se aprofundava no país pós início da industrialização no centro-sul (Oliveira, 1987).

O Estado, pela inércia do capital produtivo essencialmente nordestino, em fomentar a industrialização frente ao sul e sudeste, atuou, através da forte presença de investimentos: na fruticultura irrigada com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), criada em 1909 e formalizada como autarquia em 1963, com o objetivo de mitigar os impactos da seca e garantir a segurança hídrica na sua área de atuação (abrangendo os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais), o sistema hidroelétrico com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) em 1945. Sob controle atualmente da Eletrobras, privatizada em junho de 2022.

Ao mesmo tempo, houve um incentivo no sistema bancário e de investimentos como o FINOR (Fundos de Investimentos no Nordeste), o Banco do Nordeste (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os incentivos industriais promovidos pela SUDENE e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que foi fundamental no melhoramento genético de sementes e apoio técnico para a agricultura, sendo uma das maiores produtoras de frutas para exportação da região. O Estado, portanto, atuou (e atua) fortemente para fomentar a produção do espaço nesta região (Pereira, 2025).

No esteio destes investimentos, a cidade também começa a concentrar atrativos no que concerne a empregabilidade, serviços, comércio e indústrias, condicionando o crescimento populacional. Calcula-se que no período 1970-2020, o crescimento foi de 478,5% (Santos Filho, 2021). Juntam-se a estas ações, o crescimento substancial do mercado

imobiliário, do preço da terra urbana, da periferização da cidade, com impacto negativo para a população mais pobre e índices persistentes de desigualdade (Soares Pereira, 2025).

No quadro da reestruturação do capitalismo, tem-se a ampliação da principal atividade econômica, ou seja, a fruticultura irrigada. No esteio desta discussão, Denise Elias (2011) sugere que se efetivou uma regionalização baseada no sistema de *commodities* para exportação, globalizada e onde lógicas e empresas externas comandam a produção local, desencadeando no surgimento de serviços especializados, tanto para atender a produção, como para consumidores para as mais diversas finalidades, Petrolina, portanto, abarcaria uma destas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPA). Soares Pereira (2025) define da seguinte forma a cidade:

(...) a reestruturação da cidade de Petrolina tem relações diretas com a fruticultura irrigada destinada aos mercados de formações socioespaciais estrangeiras, à formação de um comércio e serviços especializados voltados tanto ao consumo produtivo do agronegócio como ao consumo consuntivo. As grandes marcas do capital, o acesso ao lazer e a produtos importados, a presença de fixos espaciais importantes como aeroportos, universidades, instituições públicas e privadas e formas comerciais modernas como shopping centers, super e hipermercados, de fato, modificaram o espaço urbano e regional, interligando-o cada vez mais às influências dos capitais estrangeiros (Soares Pereira, 2025. p. 20).

Isto posto, é importante destacar que no Nordeste, o peso da herança cultural e social é muito forte, agindo como freio e resistência, com a desconcentração industrial do Brasil, surgem a chamada guerra fiscal, as “guerra dos lugares” (Santos; Silveira, 2001). Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), ao analisar, processos de regionalização no Brasil, os autores denominam de quatro regiões principais: “os quatro brasis”, ou seja, a Região Concentrada (sudeste/sul), a Amazônia, o Centro-oeste, e a região Nordeste, esta última seria o exemplo da inserção da globalização, em que certos lugares possuem adequação técnica e informacional, territórios de comando e das empresas poderosas e, que atuam escolhendo lugares mais rentáveis, por outro lado, persistem quadros de desigualdades, espaços de rarefação e de contradições socioespaciais.

O planejamento urbano-regional para uma agenda de pesquisa

Do ponto de vista do planejamento, um caminho de debate segue em como pensar a ampliação dos papéis administrativos dessas cidades, por serem estratégicas nos suprimentos de demandas sociais regionais, por sua capacidade de suprir demandas sociais.

Logo, é considerar essas cidades como estratégicas, tanto do ponto de vista da *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*

ISSN: 2176-5774

descentralização e da tomada de decisão, do acompanhamento, mas, também, promover a acessibilidade para que as pessoas das cidades pequenas possam se deslocar com segurança e rapidez para essas cidades, sem necessariamente depender do circuito polarizador que as metrópoles ainda exercem, por exemplo, no que concerne ao tratamento e atendimento médico-hospitalar.

Um elemento importante é conhecer os problemas enfrentados por essas cidades e do conjunto que conforma essa a rede, apontando o cerne causador de tais problemas. Reconhecer, portanto, as assimetrias sobre a realidade institucional das cidades e, sobretudo, criar estratégias para dirimi-las. Fazer com que elas possam elaborar planos e políticas, mas também, que as possam cumprir.

Bellet e Llop (2017) destacam as importantes reflexões sobre e a partir das cidades médias, não apenas acerca do fenômeno urbano, mas, também, por considerar proposições sobre políticas públicas e gestão territorial para cada contexto, em que se insere, no caso de seus estudos, o contexto espanhol. Esses mesmos autores sinalizam três condições ou potencialidades das cidades médias que poderiam contribuir ao processo de urbanização a torná-lo mais equilibrado, sustentável e socialmente mais equânime. Uma dessas potencialidades é a questão territorial, o que faz dessas cidades pontos de subsidiar e alimentar outros níveis de cidades tornando- se, assim, um centro importante se pensarmos a organização em rede, muito ligada a ordens socioeconômicas que estão voltando suas estratégias na busca por centros urbanos com essas características.

Deriva dessa condição uma segunda potencialidade destacada por Bellet e Llop (2017), o valor da proximidade. As cidades médias assim conformadas, constituem-se como centros de referência mais próximo a população geralmente de cidades hierarquicamente menores e das áreas rurais, que encontram serviços, bens de consumo, equipamentos com alguma complexidade que em outro momento, só seria possível em cidades maiores, conformando uma dada integração e coesão territorial. A sua posição geográfica é, assim, um fator relevante de intermediação no sistema de fluxos e interações espaciais.

Um terceiro fator diz respeito à questão de governança e aí, os autores fazem uma leitura crítica da condição menos representativa das cidades médias à escala regional e nacional e, em se tratando da escala internacional, quase inexistente. Esses autores colocam como uma discussão pendente a visibilidade dessas cidades e um dado empoderamento,

ainda que estejam desempenhando funções de uma aglomeração sem a mesma infraestrutura, equipamentos e capacidade e poder político equivalente (Bellet; Llop, 2017).

Do ponto de vista da rede urbana e do planejamento, a institucionalização de projetos e políticas podem potencializar os papéis econômicos das cidades, criando condições que favoreçam a dinamização econômica das cidades pela grande importância atribuídas às interações espaciais e, ao mesmo tempo, criar um suporte para dotação de infraestrutura para que essas interações aconteçam, potencializando seus papéis econômicos, construindo assim autonomia.

Considerações finais

A análise empreendida buscou problematizar as relações de centralidade, os processos de interação e as dinâmicas urbano-regionais que estruturam o sistema urbano no Nordeste brasileiro, com ênfase nas Regiões Geográficas Imediatas, Intermediárias e nas Regiões de Influência das Cidades dos estados da Bahia e Pernambuco. Ao evidenciar como essas cidades se articulam e se diferenciam, reforça-se que a conformação urbana nordestina resulta de um constructo histórico singular, marcado por permanências estruturais e transformações associadas à urbanização contemporânea e à reprodução ampliada do capital.

A despeito da primazia litorânea na formação do sistema urbano brasileiro, as dimensões empíricas objetos desta reflexão permitem observar configurações que extrapolam o eixo costeiro, revelando dinâmicas estruturadas por: (a) localizações estratégicas vinculadas a eixos rodoviários e áreas de transição regional; (b) centros com dinamismo comercial significativo, porém com raio de influência predominantemente local ou regional; (c) cidades que, embora polarizadoras, enfrentam déficits históricos de infraestrutura, mobilidade e serviços urbanos; (d) centros intermediários e sub-regionais cuja centralidade confere relevância para a gestão e o ordenamento territorial; e, (e) municípios cuja economia urbana incorpore funções turísticas e serviços especializados, ampliando sua capacidade de articulação na rede. Esses elementos, tomados em conjunto, são referenciais fundamentais para o planejamento e para o entendimento das lógicas territoriais que moldam os aglomerados urbanos concentrados.

Não se pretende aqui apresentar conclusões definitivas, mas indicar caminhos para uma agenda de pesquisa que aprofunde o debate sobre a rede urbana brasileira sob a ótica das especificidades da região Nordeste. O estágio atual da urbanização, marcado pela

intensificação das interações multiescalares, heterárquicas, complexificação dos serviços urbanos e reestruturações produtivas, exige abordagens capazes de relacionar processos historicamente consolidados com novas formas de organização espacial. Assim, reforça-se a importância de estudos que investiguem as posições urbanas, as funções envolvidas e a diversidade de papéis desempenhados por cidades médias e pequenas no interior do país.

Do ponto de vista das políticas territoriais, compreender a dinâmica da rede urbana em Pernambuco e na Bahia possibilita subsidiar ações estatais mais diretamente ligadas às características e potencialidades dos diferentes aglomerados urbanos. A heterogeneidade funcional e a capacidade desigual de articulação regional observada exigem instrumentos de planejamento que reconheçam as assimetrias estruturais e busquem mitigar as desigualdades socioespaciais historicamente construídas no âmbito do desenvolvimento urbano (desigual e combinado).

Por fim, reafirma-se que a rede urbana é produto de processos complexos de urbanização e reestruturação territorial, condicionados por fatores históricos, econômicos, sociopolíticos e técnico-organizacionais. O planejamento territorial, quando orientado pela identificação dessas dinâmicas, constitui ferramenta essencial para lidar com contradições, reduzir disparidades e orientar estratégias de desenvolvimento capazes de fortalecer a coesão urbana e regional. Trata-se, portanto, de um campo de investigação contínua, cuja relevância permanece central para a compreensão das transformações e desafios do sistema urbano brasileiro.

Referências

- ALMEIDA, A. de P. A. O papel da cidade média de Caruaru na estruturação da rede urbana pernambucana. Org. I. SILVA, W.R.; org. II. SPOSITO, M.E.B.; org. III. CALIXTO, M.J.M. e org. IV. GUSMÃO, P.P. Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias. **Anais do III Simpósio Internacional Cidades Médias**, UFRJ/ReCiMe, 2015.
- ANDRADE, M. C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- ANJOS, F. dos. O sistema urbano multipolarizado de Santa Catarina. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 413-438.
- ARAÚJO, T. B. "Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?". In : AFFONSO, R.B; SILVA, P.L.B, (Org.). **"Desigualdades regionais e desenvolvimento" (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP / UNESP, 1995.p. 125 - 56.
- BELLET, C.; LLOP, J. M. ¿Por qué reflexionar y analizar hoy las ciudades medias? In: SILVA, W. R da S; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 230p.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002, (tradu. Antonio de Pádua Danesi), 3 ed.. 266p.

- BERRY, B. J. L. Cities as systems within systems of cities. **Papers of the Regional Science Association**, 13. 146-163, 1964.
- BRASIL. **Ministério da Infraestrutura**. Mapas e Bases dos Modos de Transportes. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/bit/bitmodosmapas>. Acesso em: ago. 2025.
- BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **Revista GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, pp. 198-220, 2013.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. V. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias. GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Explorações Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a, p. 279-318.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1997b; 302p.
- CRESWELL, J.W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 5th ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2018.
- CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1966. 230p
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 13, p. 153-170, 2011.
- GÓES, E. M.; MELAZZO, E. S. (Org.). **Metodologia de pesquisa em estudos urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização**. Rio de Janeiro. Consequência Editora, 2022.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.
- HOTTOIS, G. Le règne de l'opérateur. In: PRADES, Jacques. **Latechanoscience: las fractures des discours**. Paris: L'Harmattan, 1992, p. 179-197.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, v. 2, t. 2, Região Nordeste. 303p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_3.pdf.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação dos Censos Demográficos**. Anos 1980, 1991, 2000, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades** 2007. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra**: Banco de dados agregados, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Portal Cidades**, 2025. Disponível em: cidades.ibge.gov.br.
- LÖSCH, A. **The Economics of Location**. New Haven: Yale University Press. 1954.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. What is the urban in the contemporary world? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 3, p. 942-948, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PRED, A. **City-systems in advanced economies: past growth, present processes, and future development options**. London: Hutchinson, 1977. 256 p.
- Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*
- ISSN: 2176-5774

- SANTOS FILHO, A. M. dos. **Desigualdade e diferenciação socioespacial em cidades médias do sertão do São Francisco**: Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) - formação socioespacial e meio técnico-científico-informacional. 192f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2021.
- SANTOS, B. S. **Análise espacial da distribuição dos condomínios fechados na zona urbana de Feira de Santana entre 1995 e 2010**. 2012. 75f. Monografia (Graduação/ Curso de Engenharia Civil). Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Tecnologia, Feira de Santana, 2012.
- SANTOS, J. Um (novo) olhar sobre a história de Vitória da Conquista na condição de cidade média. In: SANTOS, Janio (org.). **Vitória da Conquista no século XXI**: reestruturação urbana e mudanças em seu papel como cidade média. Vitória da Conquista; Edições UESB, 2016, p.23-54.
- SANTOS, J. (org.). **Vitória da Conquista no século XXI**: reestruturação urbana e mudanças em seu papel como cidade média. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.
- SANTOS, M. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. 110 p. 2010.
- SANTOS, M. **A cidade como centro de região**. Definições e métodos de avaliação e da centralidade. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, junho, 1977, pp. 81-100.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, M; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, R. S. dos. **A construção de Cidades no Brasil: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010)**. Barcelona, 2013. 385fl. Tese (Doutorado), Departament de Geografia Física I Anàlisi Geogràfica Regional - Universitat de Barcelona Facultat de Geografia I Historia. Barcelona, 2013.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton, NJ. Princeton University Press, 1991.
- SILVA, S. C. B. de M.; FONSECA, A. A. M. da. Políticas territoriais de integração e fortalecimento dos centros urbanos do Estado da Bahia/Brasil. **IV Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, 10 p.
- SILVA, S. C. B. de M.; SILVA, B-C. M.; LEÃO, S. de O. **O Subsistema urbano-regional de Ilhéus-Itabuna**. Recife: SUDENE, Superintendência Adjunta de Planejamento Regional, Divisão de Política Espacial, 1987.
- SILVA, W. R. da; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **Perspectivas da urbanização**: reestruturação urbana e das cidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 230p.
- SILVEIRA, M. L. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. In: **GeoUERJ** - Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, nº11, p. 11-17, 2002.
- PEREIRA, C.S.S.; VALENÇA, M. R. Cidades médias do Nordeste brasileiro no contexto da globalização: uma análise a partir do comércio e serviços. **Ikara**. Revista de Geografias Iberoamericanas, (4), 2024.
- PEREIRA, C. S. S. Produção do espaço urbano e reestruturação da cidade: Petrolina/Pe no contexto da globalização contemporânea. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 47, 2025.
- TRINDADE JR. Saint-Clair C. da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR**. Rio de Janeiro, 2011, 21p.
- VALENÇA, M. R. **Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru/PE**: uma análise a partir da expansão do ensino superior. João Pessoa, 2018.
- WHITACKER, A. M. Redes urbanas: redes hierárquicas e redes não hierárquicas. **Espaços Urbanos**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2013. [material didático].
- Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p.173-210, (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*
- ISSN: 2176-5774

WHITACKER, A. M. Urbanização e cidade. **Espaços Urbanos**. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2015. [material didático].

Sobre os autores:

RIZIA MENDES MARES



E-mail institucional: rizia.mmares@upe.br

Doutora (2022) e Mestra (2016) em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Campus de Presidente Prudente/SP. Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB Campus Vitória da Conquista (2011). Pós-Doutora em Estudos Territoriais no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus Salvador (2024). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE), lotada no Colegiado de Geografia - Campus Petrolina. Desenvolve pesquisa junto aos grupos de pesquisa: Geografias: espaço, corpo e tempo (GECeT) (UPE), TERRITÓRIOS (Território, Rede e Ação Política) (UNEB/DCET I/PROET), Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias e Pequenas da Bahia, Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe. Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Santa Inês-Bahia, integrando o Grupo de Trabalho de Geografia Negras e Feministas.

CLEITON FERREIRA DA SILVA



E-mail: cleiton.ferreira@upe.br

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2012), doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2017) e Pós-doutorado pela Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente) em 2021. Atualmente é professor da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Garanhuns. Rede de pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.